

O DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

Leomar Rippel¹
Adilson Francelino Alves²
Clério Plein³

Resumo

O objetivo deste ensaio é realizar uma análise teórica dos elementos exógenos e endógenos e as relações que contribuem para o desenvolvimento rural, bem como, realiza-se um esforço na tentativa de refletir sobre as interconexões das redes curtas e longas de desenvolvimento rural e, por fim, abordamos as contribuições da Teoria Ator-Rede para a sociologia contemporânea. Como resultados, indica-se que a constatação das crises de desenvolvimento, seja o modelo capitalista ou socialista, e os respectivos impactos nos espaços rurais, produzem um conjunto de críticas e novas propostas de análise e intervenção na realidade. Nesse sentido, as contribuições da discussão em torno da noção de território, fortemente ancorada na Geografia, e a Teoria Ator-Rede, nos oferecem elementos indispensáveis para compreender o rural e seu desenvolvimento.

Palavras-chave: *Desenvolvimento. Território. Teoria Ator-Rede.*

RURAL DEVELOPMENT FROM THE ACTOR-NETWORK THEORY: A TERRITORIAL APPROACH

Abstract

The objective of this essay is to carry out a theoretical analysis of the exogenous and endogenous elements and the relationships that contribute to rural development, as well as an effort to reflect on the interconnections of the short and long networks of rural development and, finally, we discuss the contributions of the Actor-Network theory for contemporary sociology. As a result, it is indicated that the discovery of crises of development, be it the capitalist or socialist model, and the respective impacts on rural spaces, produce a set of criticisms and new proposals of analysis and intervention in reality. In this sense, the contributions of the discussion around the notion of territory, strongly anchored in Geography, and of Actor-Network Theory, offer us indispensable elements to understand the rural and its development.

Keywords: *Development. Territory. Theory Actor-Network.*

¹ Graduado em História pela Universidade Paranaense (2008), especialização em Metodologia do Ensino de História (2010), mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2012), Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2016). Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2020). Professor e coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do Centro de Ensino Superior de Francisco Beltrão – CESUL. E-mail: leomarrappel@hotmail.com.

² Graduado em Ciências Sociais, especialização em sociologia e Sociologia da Educação ambos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: adilsonfalves@gmail.com.

³ Graduado em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2000), mestrado (2003) e doutorado (2012) em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com estágio sandwich no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: clerioplein@gmail.com.

Introdução

Esse texto tem por finalidade, realizar uma análise em torno das discussões teóricas e da complexidade dos processos de transformação do espaço rural nas últimas décadas. Nesse sentido, será realizada uma reflexão sobre os debates e as abordagens em torno do desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena, bem como suas interconexões e contribuições da Teoria Ator Rede (TAR), para o desenvolvimento rural. Para tanto, o texto está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte, analisamos que tanto o modo de produção capitalista liberal, quanto a forma específica que se desenvolveu de capitalismo estatal soviético, estavam dentro da mesma racionalidade moderna que é a de dominação absoluta da sociedade sobre a natureza. Na segunda parte, faremos uma análise das teorias que tratam do desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena. Na sequência, serão abordadas as redes longas e curtas de desenvolvimento rural e suas interconexões. A seguir, analisaremos o desenvolvimento rural numa perspectiva territorial e, por último, apresentaremos as contribuições da TAR para o desenvolvimento rural.

A crise dos modelos capitalista e soviético socialista e seus impactos no espaço rural

No último quartel do século XX, todas as áreas do conhecimento analisaram seus objetos de pesquisas com múltiplas abordagens, esse processo é resultado da crise e dos questionamentos que são lançados sobre os dois grandes modelos hegemônicos que prometeram a redenção humana, mas tiveram resultados diferentes na prática. Os modelos aos quais nos referimos são o capitalismo liberal, que embora tenha saído vencedor, demonstrou seu fracasso e não entregou o que prometeu com as crises de 1929, da década de 1970, e o início deste século; e o socialismo, que teve seu início em 1917, na Rússia, e conheceu sua derrocada com pouco mais de 70 anos, em 1991.

Para tentarmos elucidar melhor o exposto acima e os questionamento sobre os dois modelos que prometeram conduzir a humanidade à plenitude, citamos Latour, que assim afirma:

Ao tentar acabar com a exploração do homem pelo homem, o socialismo multiplicou-a indefinidamente. Estranha dialética esta que ressuscita o explorador e enterra o coveiro após haver ensinado ao mundo como fazer uma guerra civil em grande escala. O recalcado retorna e retorna em dobro: o povo explorado, em nome do qual a vanguarda do proletariado reinava, volta a ser um povo; as elites com seus longos dentes que pareciam ser desnecessárias, voltam com toda força para retomar nos bancos, nos comércios e nas fábricas seu antigo trabalho de exploração. O ocidente liberal não se contém de tanta alegria. Ele ganhou a guerra fria. Mas este triunfo dura pouco. Em Paris, Londres e Amsterdã, neste mesmo glorioso ano de 1989, são realizadas as primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza. Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para a exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalcado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos bilhões na miséria, as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala. (LATOUR, 1994, p. 13-14).

Acreditamos que tanto o modo capitalista de produção, que se consolidou no século XIX, quanto à forma específica que se desenvolveu o socialismo soviético ou - capitalismo estatal, estão dentro da mesma racionalidade moderna que é a de dominação absoluta da sociedade sobre a natureza. Dessa forma, chegado ao último quarto do século passado, os dois grandes modelos (capitalismo e socialismo), que eram referências praticamente incontestáveis por seus defensores, estão passando por processos de questionamentos.

É na esteira desses questionamentos que os estudos para compreender melhor o espaço rural e seu desenvolvimento são redefinidos, uma vez que tanto o capitalismo ocidental quanto o socialismo soviético interpretaram o espaço rural de forma muito semelhante até final da década de 1970. No que se refere ao modelo agrícola soviético, o aumento das fazendas coletivas estatais se concentrou de forma contínua, pois essa política tem “suas raízes em razões ideológicas, de que as empresas agrícolas deveriam ser unidades de larga escala como o eram as da indústria” (BECKER, 1964, p. 136).

Em outros termos, o espaço rural era visto apenas como receptáculo passivo de alta densidade técnica produzida no espaço urbano, e ao rural caberia o papel de fornecedor de matérias-primas e alimento para suprir a máquina produtiva dos centros urbanos (ELLIS; BIGGS, 2001).

A Revolução Verde é,

[...] fundamentalmente, um sistema altamente dependente de insumos externos, cujos inputs são caracterizados pela alta densidade técnica e científica e pelo elevado nível de investimento de capital que conectam entre si complexas redes mundiais de pesquisa, produção e consumo que se retroalimentam. (ALVES, GUIVANT, 2010, p. 04).

Porém, o modelo pautado no desenvolvimento exógeno começa a ser questionado a partir da década de 1980, uma vez que tais abordagens da subordinação do rural em relação ao urbano não davam conta de interpretar uma realidade cada vez mais complexa e multifacetada do mundo contemporâneo.

O desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena

O fenômeno da Revolução Verde, que ocorre a partir dos anos 1950, caracteriza-se então pela alta densidade técnica nos processos produtivos, através da utilização cada vez maior de insumos agrícolas, agrotóxicos e tecnologias produzidas nos países centrais do capitalismo e direcionadas para o restante do mundo.

Na ocasião, acreditava-se que essa prática agrícola seria inversamente proporcional, uma vez que aumentando a produção de alimentos, diminuiria/aplacaria a fome no mundo. Por vários anos, esse modelo (exógeno) de desenvolvimento rural manteve-se hegemônico, foi visto como verdadeiro e único praticado mundo afora, inclusive no socialismo soviético, como salientado anteriormente.

Contudo, se por um lado a Revolução Verde proporcionou um aumento da produtividade, por outro não aplacou a fome no mundo, uma vez que a fome não é problema apenas de produtividade, e sim de conexão às redes de distribuição, aos interesses comerciais, às políticas públicas e à justiça social. Para o modelo de modernização do campo, implementado pela Revolução Verde, para os agricultores familiares classificados de tradicionais “caberia apenas um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico (fornecedores de recursos para o setor moderno da economia) e que, com o tempo, eles seriam suplantados pela expansão de agentes econômicos mais dinâmicos” (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 4-5).

Contudo, as ideias de desenvolvimento rural não estão fixas nas cápsulas do tempo; ideias que surgem numa década, podem ganhar força na década seguinte e serem postas em prática apenas dez ou 15 anos após apresentadas pela primeira vez, como salientam Ellis e Biggs (2001). Esses autores observam ainda que o desenvolvimento rural de 1950 a 2000 tomou a seguinte configuração: a) modernização dos anos 1960, b) a intervenção do Estado na década de 1970, c) a liberalização do mercado em 1980, d) e a participação e o fortalecimento a partir da década de 1990.

As abordagens que tratam do desenvolvimento rural têm formulado suas propostas acerca de dois grandes modelos de desenvolvimento: um deles, o exógeno, no qual o desenvolvimento rural é atribuído a fatores externos ao território; e outro, o endógeno, em que o desenvolvimento é baseado nas potencialidades locais, tendo nos atores, nas organizações, nas instituições papel central.

Para se contrapor e questionar a estandardização da Revolução Verde surge o aporte teórico do desenvolvimento endógeno, que “está ancorado no pressuposto de que os recursos específicos de um local (natural, humano e cultural) são a chave para viabilizar o desenvolvimento sustentável” (ALVES, 2008 p. 28). Para Kageyama, a abordagem do desenvolvimento endógeno “centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial” (2004, p. 383).

O principal objetivo e a intenção dos defensores do modelo endógeno são “melhorar as circunstâncias econômicas e sociais locais através da mobilização dos recursos internos disponíveis, garantindo aos atores parcelas maiores de decisão sobre os modelos técnicos e produtivos” (ALVES, 2008, p. 28). Contudo, adverte o autor, a obtenção desses objetivos nem sempre são atingidos. Para Mior:

[...] espaço local como o portador do bom e, portanto, do desejável, tanto em termos de conhecimento, como de experiências e motivações para a ação visando o desenvolvimento rural, levando à impressão da inexistência de conflitos de interesses e/ou de interesses contraditórios neste espaço. (2003, p. 41).

Entretanto, perante a lógica da Revolução Verde, o meio rural e o urbano eram vistos de forma dicotômica, sendo o campo sinônimo de atraso, enquanto o urbano era sinônimo de progresso. Nessa perspectiva, considera-se que nessa concepção de desenvolvimento rural

(exógeno), o campo estaria numa relação de subordinação em relação às forças dinâmicas e produtivas do espaço urbano, por isso,

Existe uma visão comumente aceita de que o modelo de desenvolvimento rural construído a partir dos anos 50, com a adoção de pacotes tecnológicos pautou-se em uma ATER homogeneizadora, que muitos anos solapou a capacidade de organização dos agricultores retirando-os das arenas de decisões e colocando-os como receptores de tecnologias e políticas públicas. Este processo embora tenha efetivamente, aumentado a produtividade agrícola, trouxe como um dos desdobramentos sociais a redução da capacidade dos agricultores de organizarem e administrarem sua produção provocando a marginalização de suas iniciativas. (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 2-3).

Contrapondo os efeitos negativos da modernização agrícola nas últimas décadas “[...] projetos de desenvolvimento rural sustentável têm sido implementados em diversos países onde o Brasil, devido à importância da sua agricultura e do forte movimento social no campo, tem um lugar de destaque” (ALVES, 2008, p. 24). Nessa perspectiva:

Estas propostas de desenvolvimento tendem a apoiar-se, no geral, em três princípios básicos: a) a valorização da vida em comunidade; b) a capacidade de protagonismo dos agricultores; c) a ideia de que, a partir das forças internas (solidariedade, identidade, espírito comunitário, valorização do saber-fazer local etc.) estas comunidades poderiam se contrapor à estandardização das técnicas agrícolas modernas. A estes princípios podemos agregar outros dois importantes aspectos: 1) o debate sobre as relações entre agricultura familiar e a questão ambiental e 2) a dicotomização do mundo em duas esferas distintas e contraditórias: o local e o global. (ALVES, 2008, p. 24).

Porém, o que se evidencia, no final do século XX, é que as abordagens de desenvolvimento rural centradas na dicotomia das forças externas ou internas não davam conta de compreender a realidade multifacetada do mundo rural, por isso, nas últimas décadas o desenvolvimento rural é visto “como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (KAGEYAMA, 2004, p. 383–384).

Ainda de acordo com Ellis e Biggs (2001), em meados da década de 1960, surge outra abordagem sobre o desenvolvimento rural, que passa a considerar a pequena propriedade não mais como sinônimo de atraso, e sim como motor do desenvolvimento.

A figura 1, organizada por Ellis e Biggs (2001), possibilita-nos ter uma visão panorâmica das abordagens em torno do desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000.

Figura 1: Histórico das ideias dominantes no desenvolvimento rural

1950	1960	1970	1980	1990	2000
Principais ideias sobre desenvolvimento rural					
Modernização Modelo de economia dual Agricultura “atrasada” Desenvolvimento de comunidade Camponês preguiçoso	Abordagem de transformação Transferência de tecnologia Mecanização Extensão agrícola Crescimento do papel da agricultura Revolução Verde (início) Camponês racional	Redistribuição com crescimento Necessidades básicas Desenvolvimento rural integrado Estado (Políticas agrícolas) Estado (Crédito agrícola) Viés urbano Inovação induzida Revolução Verde (continuação) As ligações do crescimento rural	Ajustamento estrutural Mercados livres “Correção dos preços” Retirada do Estado Aumento das ONGs Diagnóstico rural rápido Sistemas agrícolas de pesquisa Segurança alimentar e análises da fome Desenvolvimento rural como processo e não como produto As mulheres no desenvolvimento Alívio da pobreza	Microcrédito Diagnóstico rural participativo Ator-orientado Análise das partes interessadas Redes de proteção rural Gênero e desenvolvimento Meio ambiente e sustentabilidade Redução da pobreza	Meios de subsistência sustentáveis Boa governança Descentralização Crítica da participação Abordagens setoriais Proteção social Erradicação da pobreza
Paradigmas dominantes					
Modernização, economia dual		Rendimentos crescentes em pequenas propriedades eficientes			
			Processo, participação, empoderamento		
				Abordagem dos meios de subsistência sustentáveis	
Ênfases contínuas do desenvolvimento rural					
Desenvolvimento de comunidade		Crescimento de pequenas explorações agrícolas			
			Desenvolvimento rural integrado		
				Liberalização do mercado	
					Participação
					Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza

Fonte: Ellis & Biggs (2000, p. 439 e 442). Tradução adaptada de Plein (2016, p. 32)

Essas novas narrativas dos anos 1960, segundo ELLIS e BIGGS (2001, p. 441-442), irão focar na pequena propriedade agrícola como estratégia de desenvolvimento da agricultura, e as narrativas eram compostas de vários elementos integrados, dentre os quais: 1) os pequenos agricultores são agentes econômicos racionais em condições de tomar decisões agrícolas eficientes; 2) os pequenos agricultores, assim como os grandes agricultores, são capazes de tirar

vantagem de variedades de culturas de grande rentabilidade porque as combinações de entrada (sementes, fertilizantes, água) necessárias para o cultivo bem-sucedido são neutras para escala; 3) quanto menor a propriedade maior sua eficiência, ou seja, há uma “relação inversa” entre o tamanho da propriedade e a eficiência econômica, dessa forma, os pequenos agricultores são mais eficientes do que os grandes por causa da intensidade do uso de mão de obra, em combinação com pequenas propriedades e baixa necessidade do pouco capital disponível; 4) o aumento da produção agrícola das pequenas propriedades acarreta em “ligações de crescimento rural”, estimulando assim o crescimento do trabalho intensivo nas atividades não agrícolas em áreas rurais, e esse é maior do que para as grandes propriedades.

Embora não seja a intenção deste trabalho analisar mais a fundo tais abordagens, gostaríamos de mencionar que as mesmas se fizeram presentes na agricultura brasileira desde a década de 1950, de acordo com Clovis Tadeu Alves:

[...] o governo de Juscelino sempre foi considerado um introdutor da Revolução Verde no Brasil, muito mais pela sua insistência na produção nacional de fertilizantes, máquinas agrícolas e o início da extensão rural, que pelo aumento efetivo de produção de alimentos. (ALVES, 2013, p. 63).

O autor ainda menciona que “O plano de Metas fez acelerar a mecanização da agricultura brasileira, que de todo modo pode ser considerado o início da Revolução Verde no país” (ALVES, 2013, p. 64). A Revolução Verde no Brasil também foi utilizada para mascarar o grande problema da estrutura fundiária durante a ditadura militar (1964-1985), uma vez que nesse período:

[...] era preciso acalmar e trazer o ‘progresso’ para o interior do Brasil. As discussões em torno da agricultura no país eram sobre qual caminho deveria ser seguido. Duas possibilidades distintas predominavam: uma possibilidade era o aumento da produção agrícola por meio da reforma agrária, outra era a adoção de pacote tecnológico da Revolução Verde, sem falar na questão fundiária. A primeira opção foi praticamente derrubada junto com o governo de Jango, o governo militar, seguindo o alinhamento com os Estados Unidos, não iria mexer em demasia com questões que eram vistas como de cunho comunista na época. Então, o governo militar adotou a opção mais óbvia sem alterar a estrutura agrária, adotando, assim, as bases do modelo da Revolução Verde. (ALVES, 2013, p. 65-66).

As mudanças de abordagens, ocorridas nos anos 1980 e 1990, também terão consequências no Brasil, pois é nesse período que surgiram as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). A primeira cooperativa é inaugurada em 10 de janeiro de

1996, em Dois Vizinhos, no Paraná; em fevereiro são inauguradas mais quatro cooperativas, em Marmeleiro, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Capanema, também no estado do Paraná.

Portanto, nas últimas décadas surge a necessidade de um novo enfoque sobre o desenvolvimento rural, com o intuito de compreender que existe uma confluência entre as redes longas/globais e as redes curtas/locais de desenvolvimento rural. Por isso, é importante levar em consideração as interconexões dessas redes, ou seja, a forma como se constrói a relação entre os agentes/atores locais e não locais de um determinado território, interconexões essas que passaremos a pontuar a seguir.

O desenvolvimento rural territorial visto pelas interconexões das redes

Com o avanço da modernização agrícola/Revolução Verde, houve um aumento da atuação das poderosas redes de longa distância com a produção de sementes geneticamente modificadas (biotecnologia/nanotecnologia), a produção de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, entre outros. Nesse sentido, um poderoso processo global está em curso até os dias atuais com poderosas redes transnacionais de produção e, por conseguinte,

A agricultura, uma atividade sempre gerida pela tradição, passa agora a se integrar lentamente nos modelos de administração criados e aperfeiçoados pela indústria nos últimos 50 anos. A criação de quadros administradores rurais, escritórios especializados em gestão de propriedade etc., é um sinal de que as conquistas da Revolução Industrial começaram a atingir o campo. A penetração de todas essas inovações no campo, comumente chamada de modernização, não tem o mesmo significado em todos os lugares. Há diferenças sensíveis entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos, embora em todo o mundo capitalista corresponda sempre a um processo cada vez mais intenso de subordinação do setor agrícola ao capital. As exigências sobre o agricultor para compra de insumos (máquinas, fertilizantes, sementes etc.) partem da própria indústria, que difunde seus produtos através de serviços de extensão rural e dos veículos de comunicação de massa. (DINIZ, 1985, p. 126-127).

No entanto, acreditamos que as abordagens apenas nas redes de desenvolvimento rural, verticais/longas/globais ou nas redes horizontais/curtas/locais, embora importantes não conseguem superar a complexa realidade rural contemporânea. Em vista disso, a superação da dicotomia de que o desenvolvimento rural só pode ser pautado nos elementos exógenos ou

endógenos ou nas redes verticais ou horizontais necessita levar em consideração a análise de suas interconexões.

Por isso, compreendemos que o território não se determina apenas pelos elementos naturais, econômicos, sociais, políticos ou culturais, e sim por um conjunto de fatores e relações que se estabelecem sob e sobre ele, isto é, os “fenômenos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local. Em outras palavras, os fenômenos globais seriam permanentemente mediados e reconfigurados pelos atores locais” (MIOR, 2003, p. 27).

Por conseguinte, se levarmos em consideração apenas o modelo exógeno ou redes longas/verticais/globais e não os elementos endógenos ou redes curtas/horizontais/locais de desenvolvimento rural, corremos o risco de cair na dicotomia de considerar que apenas “os centros de decisão e de poder tenderam a permanecer afastados do local de aplicação e passaram a gerar complexas longas redes verticais de poder” (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 4).

Nesse sentido, segundo Latour, “estas ‘redes de poder’ e ‘estas linhas de forças’ de fato se estendem em escala global” (1994, p. 120), contudo, elas não são únicas, uma vez que a confluência entre redes, curtas/horizontais/locais e longas/verticais/globais, para cuja análise necessitamos levar em consideração a relação que se estabelece entre os elementos endógenos e exógenos. Há uma necessidade de integrá-los, de modo que, concordamos com Alves e Guivant quando afirmam:

Cada um isoladamente é incapaz de explicar os processos de desenvolvimento rural. A perspectiva exógena, associada a uma macrosociologia, é incapaz de explicar os modelos de processos microsociais. Por sua vez a perspectiva endógena é incapaz de explicar os modelos macrosociais. Uma síntese entre ambas possibilitaria obter uma perspectiva teórica que capte a complexidade da realidade social. (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 96).

Caso adotemos uma perspectiva exógena, as relações microsociais se tornarão invisíveis, da mesma forma, que na perspectiva a perspectiva endógena as relações macrosociais não serão consideradas. Ou ainda, se considerarmos apenas as redes curtas, como as únicas capazes de promover o desenvolvimento rural, estaremos afirmando que as comunidades locais de um determinado território exercem um papel proativo e de total resistência na relação local *versus* global, por conseguinte, se considerarmos apenas as redes

longas como única possibilidade de desenvolvimento rural, corremos o risco de cair no determinismo econômico.

No mesmo sentido, para Amorim e Staduto as “redes representam uma forma nova de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento de técnicas e do mercado” (2008, p. 20). Assim, será possível tornar as redes um processo de integração com potencial para agregar valor aos espaços rurais com a atuação de seus atores.

Em face disso, entendemos que há grande importância social ao integrar as redes de conexão para contribuir com o desenvolvimento rural em seus diferentes espaços. Para Manuel Castells (2000, p. 497) “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. E, ainda, para o autor, as redes permitem “expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede” (2000, p. 498).

Destarte, mesmo que as redes de poder globalmente constituídas exerçam grande influência em um determinado território, pode existir resistência por parte dos atores locais, ao não adotarem as técnicas produzidas de forma padronizada nas redes globais, ou também podem existir atores que se conectam a essas redes, desse modo:

[...] os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados unicamente pelas forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Enquanto os processos globais seriam vistos como eminentemente verticais e setoriais, os processos de reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais. (MIOR, 2003, p. 55).

Por isso, ainda segundo Mior (2003), para compreender melhor as diversas estratégias de desenvolvimento rural teríamos que levar em consideração dois conjuntos principais de redes, que se interconectam no espaço rural, as redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural:

O termo vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. (MIOR, 2003, p. 56).

Em vista disso, pensar o território é pensar de forma articulada e mediada entre a “[...] diversidade e a heterogeneidade da sociedade local com o ambiente externo [...]. O território não seria, portanto, autônomo e tampouco inteiramente dependente do exterior, mas o resultado concreto do processo de articulação e mediação” (SCHNEIDER, 2004, p. 114).

Nesse sentido, embora exista no local a valorização do espaço, onde os sujeitos são vistos como produtores de múltiplos processos, imbricados em diversas relações de poderes locais, eles devem, ao mesmo tempo, serem vistos de forma articulada com as redes de poderes globais, porém, o local não deve ser apenas um mero depósito passivo das articulações provenientes da globalização, pois:

Qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. Isso equivale a dizer que, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade. (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Dessa forma, devemos perceber que o território, ao mesmo tempo em que recebe influências dos processos macro, produzido em nível global, não é necessariamente passivo a suas influências. Ele também pode ser capaz de agir interpretando, através da sua realidade social, política, econômica e cultural, os desafios impostos pelo global e, assim, ressignificar seus papéis, seus processos, seus mecanismos de integração, sua organização social etc.

Sendo assim, o território deve ser visto como uma relação dialética entre o local e o global, entre as redes de poder produzidas a longa distância e as produzidas a nível local, pois ao mesmo tempo em que há a assimilação do território pelos elementos externos, ele também é capaz de produzir ações que visam efetivação de estratégias. Nesse sentido, a concepção de passividade universal é contestada por Dematteis:

Na construção das formas passivas da territorialidade, de fato, aos sujeitos (locais) são transferidos comportamentos pré-definidos pelas estruturas de controle, de acordo com expectativas externas, sem se prever que possam agir de maneira própria, com ações autônomas. Já na territorialidade ativa os sujeitos locais efetivam papéis e ações configurando, desse modo, estratégias de resposta/resistência com relação às imposições de controle, contribuindo para realizar mudanças e inovações. (DEMATTEIS, 2008, p.35).

Por conseguinte, o desenvolvimento local não ocorre desconectado das redes de desenvolvimento global, e sim “ocorre quando a supermobilidade em nível global interage e combina com a fixidez do nível local” (DEMATTEIS, 2008, p. 40). Em vista disso, para Saquet e Sposito:

As dinâmicas territoriais dependem da infraestrutura e das estratégias espaciais organizadas segundo as possibilidades de localização industrial e de serviços, reforçando as diferentes possibilidades de desenvolvimento local embasando na combinação da capacidade de articulação interna das forças locais, da sua capacidade de recebimento e de utilização dos impactos externos e das combinações possíveis entre os padrões de localização das atividades em áreas e eixos considerando-se, logicamente, os vários aspectos da continuidade e da descontinuidade territorial. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 24 - 25).

Vale dizer ainda que, segundo Dematteis (2008), em uma territorialidade é possível distinguir duas categorias: passiva e negativa, ativa e positiva, sendo que na territorialidade passiva e negativa as “estratégias de controle é com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos” (p. 35), já uma “territorialidade ativa e ‘positiva’ [...] deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” (p. 35). Em vista disso, o:

[...] território, [...] significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica sócio espacial. E o desenvolvimento é marcado pela especialização produtiva local e, ao mesmo tempo, pela agregação territorial, por mudanças/ inovações e por permanências sociais e territoriais. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 26).

Nesse caso, o território é visto como uma área com estratégia para controlar diversos recursos, ou seja, existem múltiplas relações de poder que estão diretamente ligadas às características próprias. Já a territorialidade, caracteriza-se pelo controle sobre uma determinada área ou espaço, sendo estratégia para influenciar/controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intrinsecamente ligada a forma como as pessoas utilizam a terra, organizam o espaço e atribuem significado ao lugar (SAQUET; SPOSITO, 2008). Portanto, “A Territorialidade é uma expressão do poder social, conformando o território. Este é entendido como uma área controlada e delimitada para alguma autoridade, resultado de estratégias de influência social” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 17).

De acordo com Saquet:

[...] a análise do espaço rural, deve ser olhada não como um espaço de homogeneidade, mas uma heterogeneidade de tempos e territórios em cada unidade espacial de análise, seja no lugar, no país etc. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento temporal, nem se objetiva necessariamente ao mesmo tempo com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em diferentes atividades e lugares. Os tempos concretizam-se em lugares distintos e simultaneamente, com ritmos lentos e mais rápidos. (2002, p. 14).

Em decorrência do exposto, acreditamos ser relevante considerar que um território não pode ser visto apenas sob a ótica do local, ou sob a ótica do global, e sim por meio de constantes processos de conexão com os elementos globais e locais. Ainda em consonância com Saquet e Sposito:

Substantiva-se uma perspectiva de desenvolvimento na qual se tenta conciliar a produção de mercadorias com a recuperação e a preservação do ambiente, valorizando-se o lugar, porém não de maneira desarticulada de processos mais gerais e amplos efetivando em escalas como a nacional e ou internacional. Para tanto, a organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos, são fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve necessariamente o rearranjo das relações de poder. (2008, p.15).

Destarte, o território não pode ser visto distante de múltiplas redes de poder interconectadas, sendo elas longas ou curtas, o território nesse caso “é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 18). Por isso, é importante proteger e reproduzir a diversidade em um determinado território, pois, para Dematteis, os motivos para proteger e reproduzir a diversidade territorial são:

(i) o fato de que ela alimenta o sistema econômico global que, por sua vez, utiliza as potencialidades específicas locais como vantagens competitivas; (II) a escala local reproduz saberes contextuais ambientais que permanecem úteis no que se referem às normas produtivas locais; (iii) tende-se a maximizar ou os recursos naturais, humanos e as capacidades produtivas globais, diminuindo, ao mesmo tempo, as desigualdades; (iv) o fato de acentuar o nível de fechamento dos recursos locais, reduzindo as marcas/efeitos ecológicos; (v) responde a uma demanda de usos e consumos diversificados (como demonstra o sucesso das produções típicas locais). (2008, p. 43).

Portanto, nessa difusão encontram-se as redes de desenvolvimento horizontais/curtas/locais e verticais/longas/globais, que em conexões cristalizam a territorialidade com a abrangência que perpassa suas economias, permitindo desenvolver suas formas de produção e apropriação do espaço. Embora a tecnologia da informação proporcione a difusão das redes em processos globais, elas se materializam no território, conforme o estabelecimento de suas relações nos diferentes sistemas de produção. Nesse sentido, é imprescindível entender que as redes permitem desmistificar as limitações políticas territoriais estabelecidas. Vão além do limite territorial estabelecido e, assim, assumem fundamental importância, constituindo-se em coadjuvantes dos processos de maximização das relações sociais. Por isso, é de grande valia que consigamos compreender a relação existente entre território e desenvolvimento rural, noção esta que será abordada a seguir.

Uma abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável

Em nossa pesquisa consideramos essencial uma reflexão sobre alguns pressupostos teóricos que abordam os estudos sobre território e tentaremos relacionar esse conceito com o desenvolvimento rural sustentável⁴. Sendo assim, consideramos importante enfatizar que nossa análise sobre território será realizada numa perspectiva crítica, na qual os autores em que iremos nos embasar serão: Raffestin (1993), Saquet (2004), Saquet; Sposito (2008), Heidrich (2010), Dematteis (2008), Schneider (2004), Cleps (2010), Ianni (1992), Alves et al. (2004) Sposito (2004).

De início, gostaríamos de argumentar que não iremos abordar de forma específica os conceitos de espaço e região, faremos apenas uma análise das contribuições sobre o conceito de território dos autores acima mencionados, ou seja, retomaremos alguns aspectos da teoria e não todo o arcabouço teórico da contribuição de cada autor.

⁴ De acordo com Leff “O desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Nesse, sentido, oferece novos princípios aos processos e democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais” (2012, p. 57).

Diante das inúmeras concepções sobre território, gostaríamos de lembrar que não entendemos o território segundo a concepção naturalista, na qual “[...] o território aparece com imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar” (SPOSTIO, 2004, p. 17).

De acordo com Raffestin, espaço e território não são termos análogos, para o autor, devido ao fato dos geógrafos terem usado os termos sem critério, criaram grandes confusões em suas abordagens e justamente por isso, se “privavam de distinções úteis e necessárias” (1993, p. 143). É importante compreender, segundo o autor, que o espaço é anterior ao território, desse modo, o território se forma a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. A partir do momento em que um ator se apropria de um determinado espaço, podendo ser concreta ou abstratamente (representação) o mesmo territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin, (1993) o território é um “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, 144). Já para Dematteis, a territorialidade não é a consequência da conduta humana sobre o território, mas o processo de constituição de tais comportamentos, o “conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território [...] e com os outros sujeitos” (2008, p. 34), ou seja,

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993,144).

Porém, para Saquet (2004), apesar de Raffestin ter uma postura múltipla diante do território e da territorialidade com as dimensões econômicas, políticas e culturais, o mesmo não articula coerentemente, em sua obra, tais dimensões. Outra limitação para Saquet (2004), na abordagem de Raffestin, diz respeito à sua compreensão do conceito de espaço geográfico, entendido “como substrato, como palco, pré-existente ao território” (126).

Nesse sentido:

Tem um conceito conservador, enquanto natureza-superfície, recursos naturais. Porém, o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Tem um valor de uso e um valor de troca, é força produtiva e é elemento constituinte do território, pois estes são indissociáveis. No entanto, as contribuições de Claude Raffestin aos estudos geográficos do território são inegáveis. (SAQUET, 2004, p. 126).

Nessa perspectiva, segundo Saquet, o processo de apropriação do espaço geográfico é resultado da articulação das dimensões econômica, política e cultural, o mesmo ocorrendo com o território, resultado da “apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de força, de relações de poder econômico político e cultural” (SAQUET, 2004, p. 123).

Não obstante, para o autor, não “podemos negligenciar as desigualdades, intimamente ligadas à *reprodução* da dominação da classe hegemônica e aos territórios efetivados pelos agentes econômicos através de suas relações sociais no mercado a partir do (ou no) processo produtivo” (SAQUET, 2004, p. 127). Portanto, discorrer sobre “[...] território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Isso quer dizer que os territórios:

[...] são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social. Dessa forma, podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o ‘território nacional’ sob gestão do Estado-Nação, instituída ainda no século XIX na Alemanha, por Friedrich Ratzel. (SAQUET, 2004, p. 123).

Sendo assim, há uma relação dialética entre os atores sociais (sendo eles individuais ou coletivos) e território, por isso, o “[...] território tem a ver com a ação de um ator social, que pode ser uma instituição, um indivíduo ou uma coletividade” (HEIDRICH, 2010, p. 27). E nessa relação dialética entre atores sociais e territórios, é inerente que existam relações de poder decorrentes das interações sociais.

Não existe território sem relações de poder e com essas relações “[...] produz-se uma territorialidade, fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si e com sua natureza exterior, não só no âmbito da economia, mas também das ações políticas e culturais” (ALVES et al., 2004, p. 156). Em vista disso, as dimensões econômicas, políticas e culturais estão relacionadas:

[...] as três dimensões, são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se, são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente, o que remete à dicotomização na abordagem geográfica. (SAQUET, 2004 p. 127).

De acordo com Schneider (2004), em relação ao poder e sua articulação nos espaços “está intrinsecamente relacionada ao seu caráter transcendente, o que faz do território uma arena de disputas e visões de mundo, interesses de atores e alianças políticas visando o exercício do poder através da dominação” (SCHNEIDER, 2004, p. 109-110). Sendo assim, o território diz respeito “tanto as relações de poder sobre o espaço que possuem as instituições, quanto as que possuem os indivíduos” (HEIDRICH, 2010, p. 27). Por conseguinte:

[...] a abordagem territorial pode ser vista como um campo de reflexões que se refere (a) à territorialidade das instituições e das sociedades que envolvem o poder político; (b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; (c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrelaçamento de poderes políticos e sociais. (HEIDRICH, p. 27-28).

Para Raffestin (1993), todo modelo, imagem ou construção de uma determinada realidade é uma ferramenta de poder, inclusive muitas vezes fazemos da imagem um objeto em si e com o tempo adquirimos o hábito de operar mais sobre essas imagens (que denomino de representações dos objetos), do que sobre os objetos em si. Por isso, o poder “[...] não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apoia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). E ainda:

A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e a construção de redes. É o que se poderia chamar de ‘essencial visível’ das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Percebemos, portanto, que falar em território é falar das relações de poder em várias dimensões sobre as ações que indivíduos, grupos e organizações exercem sobre um determinado espaço geográfico. De modo que essas relações de poder não são apenas de ordem

econômica, política e cultural, e sim devem ser vistas a partir da conexão dessas três dimensões, além do mais, as imbricadas relações de poder não são tão facilmente observáveis, mas com um olhar atento podem ser perceptíveis.

Após realizarmos uma análise em torno das interconexões das redes longas e curtas de desenvolvimento rural e sua relação com o território, julgamos importante no próximo tópico abordar as contribuições da TAR, uma vez que essa tenta reconstruir uma relação simétrica entre os elementos sociais e naturais, compreensão necessária para abordarmos as redes de desenvolvimento territorial.

A contribuição da Teoria Ator-Rede para o desenvolvimento rural sustentável

No tópico anterior, salientamos a importância de perceber o território e seu desenvolvimento numa interconexão dos elementos locais e globais, podendo esses serem humanos e não humanos, pois acreditamos que é dessa maneira que se constitui o território. Uma vez que nosso objeto de pesquisa será abordado pela perspectiva da TAR, é fundamental tecer algumas considerações sobre essa teoria.

A TAR, conhecida também como sociologia da tradução, foi desenvolvida pelo sociólogo Bruno Latour e pelo engenheiro Michel Callon no último quarto do século XX, mais precisamente na década de 1980. Essa perspectiva teórica é uma ruptura com as teorias anteriores, de modo que ela rompe com a visão dicotômica de sociedade e natureza, global e local e humanos e técnicos. Para tanto, ela insiste na noção de rede de atores, que não se restringe a um único ator, mas sim é composta da interconexão de elementos heterogêneos, podendo esses elementos serem humanos e não humanos, de acordo com Law (1996), a TAR é um:

[...] um corpo de escritos teóricos e empíricos que trata das relações sociais, incluindo poder e organização, como efeitos de redes. A teoria é distintiva porque ela insiste que as redes são materialmente heterogêneas e argumenta que não existiria sociedade e nem organização se essas fossem simplesmente sociais. Agentes, textos, dispositivos, arquiteturas são todos gerados nas redes do social, são partes delas, e são essenciais a elas. E, num primeiro momento, tudo deveria ser analisado nos mesmos termos. Segundo esta visão, a tarefa da sociologia é caracterizar as formas pelas quais os materiais se juntam para se gerarem e para reproduzirem os padrões institucionais e organizacionais nas redes do social. (LAW, 1996, p. 01).

É importante destacar que os teóricos da TAR propuseram para o estudo da sociologia o princípio da simetria generalizada, na qual suprimiram a dicotomia moderna sociedade *versus* natureza dos cientistas modernos em que as “[...] explicações e interpretações indicadas [...] são a realidade marcadas por uma assimetria distinta” (CALLON, 1986). De acordo com Latour, o princípio da simetria é proposto para compreender a natureza e a sociedade ao mesmo tempo (1994), e ainda, a “natureza e a sociedade não são dois polos distintos, mas antes uma mesma produção de sociedades-naturezas, de coletivos” (LATOURE, 1994, p. 137-138). De acordo com Alves, “ao proporem o princípio de simetria generalizada, os teóricos da TAR vão mais longe. Isto implicava abolir as diversas separações da modernidade, particularmente entre sociedade e natureza” (2008, p. 60).

Por isso, a TAR insiste que a explicação dualista, em que de um lado temos o polo da natureza e do outro o polo da sociedade, deve ser rompida, pois ao mesmo tempo em que há um trabalho de purificação nas extremidades dos polos pelos modernos, há a proliferação dos híbridos/quase-objetos na parte intermediária. Nesse sentido, o “antropólogo deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas” (LATOURE, 1994, p. 95). Em vista disso, a TAR “explica com os mesmos termos as verdades e os erros – e o primeiro princípio de simetria; estuda ao mesmo tempo a produção dos humanos e dos não-humanos – é o princípio de simetria generalizada” (LATOURE, 1994, p. 101-102).

Nessa perspectiva, o núcleo da TAR reside na metáfora da rede heterogênea, ou seja, essa teoria sugere que a sociedade, agentes, máquinas, organizações, são todos resultados causados em rede de certos padrões de diferentes matérias, sendo eles humanos e não humanos (LAW, 1996). Sendo assim, a TAR “[...] não celebra da ideia de que haja uma diferença em espécie entre pessoas de um lado e objetos de outro. Ela nega que pessoas sejam necessariamente especiais” (LAW, 1996, p. 4).

Para a TAR, o conhecimento também não é algo construído por meio da operação de um método científico privilegiado, mas o conhecimento é um produto social, ou seja, um produto ou resultado de uma rede de materiais heterogêneos (LAW, 1996). Ainda de acordo com Law (1996), o conhecimento é o produto final depois de um longo trabalho, no qual elementos heterogêneos (tubo de ensaio, reagentes, computador, microscópios, cientistas, artigos etc.) são justapostos em uma rede e superam resistência. Portanto, para a TAR, o

conhecimento é “[...] um processo de ‘engenharia heterogênea’ no qual elemento do social, do técnico, do conceitual, e do textual são justapostos e então convertidos (ou ‘traduzidos’) para um conjunto de produtos científicos, igualmente heterogêneos” (LAW, 1996, p. 3).

Embora possa parecer estranho para os modernos, que fazem um trabalho incansável de purificação da sociedade por um lado e da natureza por outro, para a TAR, a ciência não é muito especial, isso vale dizer que, o que é verdadeiro para a ciência é também verdadeiro para outras instituições, como a família, as organizações, a economia, ou seja, toda vida social pode ser descrita de forma similar. A TAR compreende que o social é composto por redes de materiais heterogêneos cujas resistências foram superadas, de modo que o “social não é *nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos*” (LAW, 1996, p. 3, grifo do autor). Por isso:

Este é um argumento radical porque ele diz que essas redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – enfim quaisquer materiais. Portanto o argumento é que o que compõe o social não é simplesmente humano. O social é composto por todos esses materiais também. Na verdade, o argumento é que nós não teríamos uma sociedade, de modo algum, se não fosse pela heterogeneidade das redes do social. Portanto, nesta visão, a tarefa da sociologia é caracterizar estas redes em sua heterogeneidade, e explorar como é que elas são ordenadas segundo padrões para gerar efeitos tais como organizações, desigualdades e poder. (LAW, 1996, p. 3).

De acordo com Latour (1994), através do princípio da simetria generalizada, a TAR “explica com os mesmos termos as verdades e os erros [...] estuda ao mesmo tempo a produção dos humanos e dos não-humanos” (p. 101-102). Por isso, segundo o autor, o princípio de simetria generalizada ocupa uma posição “[...] intermediária entre os terrenos tradicionais e os novos” (p. 102). Segundo Alves (2008, p. 60), a TAR sugere não diferenciar essencialmente “entre verdade-erro, ciência-não ciência e questionam a superioridade da modernidade frente aos pré-modernos e aos ditos primitivos”. Isso vale dizer que a ciência ou o conhecimento são vistos como resultado de uma rede de materiais heterogêneos como salientamos anteriormente. E “se esses materiais desaparecessem também desapareceria o que às vezes chamamos de ordem social. A teoria ator-rede diz, então, que ordem é um *efeito gerado por meios heterogêneos*” (LAW, 1996, p. 3, grifo do autor).

Por isso, a TAR não apenas não pode como não deve ser reducionista, para Law (1996), o reducionismo diz que em última instância as relações entre as máquinas ou as relações humanas são determinantes, ou seja, uma relação determina a outra, uma vez que, tratamos o ordenamento material ou social levando em consideração apenas as determinações humanas ou das máquinas, separando assim, o humano do técnico, reducionismo esse que a TAR rejeita:

Ela diz que não há razão para assumir, *a priori*, que objetos *ou* pessoas determinem o caráter da mudança ou da estabilidade social, em geral. Na verdade, em casos particulares, relações sociais podem moldar máquinas, ou relações entre máquinas moldar seus correspondentes sociais. Mas isso é uma questão empírica, e usualmente as questões são mais complexas. Portanto, para usar uma frase de Langdon Winner (1980), os artefatos podem ter política sim. Mas o caráter dessas políticas, quão determinadas elas são e antes de tudo, se é possível separar pessoas e máquinas – essas são todas questões contingenciais. (LAW, 1996, p. 04).

Segundo Law (1996), a TAR afirma que os agentes sociais não estão localizados somente em corpos, contudo, um ator é “uma rede de certos padrões de relações heterogêneas, ou um efeito produzido por uma tal rede”, por conseguinte, todos os atributos, como escrever, agir, ganhar dinheiro, pensar, que muitas vezes atribuímos aos humanos, são causados em redes que perpassam pelo meio do corpo e se ramificam tanto para dentro, quanto para além dele. Por isso, “[...] o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede” (LAW, 1996). Em vista disso, a TAR não acredita “[...] nem na distinção radical dos humanos e dos *não-humanos* em nossa sociedade, nem na superposição total do saber e das sociedades nas outras” (LATOUR, 1994, p. 100).

Considerações finais

Procuramos ao longo do texto, realizar uma análise sobre os múltiplos aspectos e abordagens teóricas que analisam o espaço rural. Tentamos na primeira parte do texto, problematizar sobre a relação entre sociedade e natureza nos dois grandes sistemas (capitalismo liberal e capitalismo estatal soviético).

No que se refere ao primeiro, embora tenha saído vencedor, não entregou o que prometeu, e comprovou seu fracasso com as inúmeras crises do capitalismo do século XX e início do século XXI, assim como a grande crise ambiental que se inicia no final do século XX. Em relação ao segundo sistema, o que teve seu início em 1917, na Rússia, conheceu sua derrocada com pouco mais de 70 anos, em 1991. Tentamos demonstrar que tanto um sistema quanto no outro, não há diferença na lógica de relação entre sociedade e natureza.

Também procuramos ao longo do texto, problematizar sobre as diversas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento rural, desse modo, analisamos os elementos exógenos e endógenos e suas relações dialéticas. Ainda realizamos um esforço na tentativa de refletir sobre as interconexões das redes curtas e longas de desenvolvimento rural e, por fim, abordamos as contribuições da TAR para a sociologia contemporânea. Esperamos, com esse referencial teórico-metodológico, possibilitar uma nova abordagem para o desenvolvimento rural, uma vez que inúmeros estudos privilegiaram as forças macroestruturais da tradição teórica da globalização e outros deram ênfase à perspectiva da localização, exagerando na resistência de organizações locais, sucumbindo praticamente ao utopismo.

Referências

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 2008. 256 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

_____. *et al.* Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 149-170.

_____.; GUIVANT, Júlia Silvia. Redes e interconexões: desafios para a construção da agricultura familiar. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 01-27, jan./jul. 2010.

ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Romundo. Desenvolvimento territorial rural: agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008.

BECKER, Nestor J. R. A agricultura soviética. **Revista de Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 136, 1964.

CALLON, Michel. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. Disponível em: <[http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20\(1986\)%20Some%20elements%20of%20a%20sociology%20of%20translation.pdf](http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20(1986)%20Some%20elements%20of%20a%20sociology%20of%20translation.pdf)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Vol. 1.

CLEPS, João. Questão agrária, estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos; SANTOS, ROSELI Alves dos (Org.). **Geografia agrária: território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-54.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 36-46.

DINIS, José Alexandre Felisola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. (2001) Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review** 19 (4), 437-448. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <[#>](http://www.blackwell-synergy.com/toc/dpr/19/4). Acesso em: 2 janeiro de 2015.

IANNI, Otávio. Nações e globalização. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e multiterritorialidade entre território: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PERREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-tempo**. São Paulo: Expressão Popular 2010.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. p. 379-408.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAW, John. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade**. Tradução de Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e territórios: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. 315 f. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

PLEIN, Clério. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural**. Curitiba: CRV, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 121-147.

RIPPEL, Leomar. **Os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil In: ALVES, Adilson. Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa

(Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 15-36.